

Designa o representante legal dos certificados *Cert-JUS* Institucional para atuação no âmbito do Superior Tribunal de Justiça e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe é conferida pelo art. 21, inciso XXXI, do Regimento Interno e considerando o disposto na Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006, nos itens 2.1 e 5.1.1 do *Leiaute* dos Certificados Digitais da Autoridade Certificadora da Justiça – AC-JUS versão 4.0 e na Resolução 20 de 9 de agosto de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o secretário de tecnologia da informação e comunicação para, como representante legal, conceder autorização para a emissão dos Certificados *Cert-JUS* Institucional no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Art. 2º Cabe ao servidor da unidade solicitante, após a concessão da autorização para a emissão dos Certificados *Cert-JUS* Institucional, responder como usuário, pelo processo de solicitação, emissão, renovação e revogação do certificado, bem como zelar pela sua correta utilização.

Art. 3º Cabe ao secretário de tecnologia da informação e comunicação, ou, no caso de impedimento ou afastamento, ao seu substituto legal, expedir, como autoridade competente, o formulário de autorização, previamente preenchido pelo interessado, que deverá ser entregue pelo solicitante ao agente de registro responsável pela identificação presencial.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro FELIX FISCHER